

S.R. DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Anúncio n.º 181/2016 de 15 de Julho de 2016

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante Região Autónoma dos Açores – Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Direção Regional das Pescas

Serviço/órgão/pessoa de contato Diretora de Serviços de Planeamento e Economia Pesqueira

Endereço Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã

Código postal 9900-014 HORTA

Localidade Angústias

Telefone (00351) 292 202 400

Fax (00351) 292 202 401

Endereço eletrónico info.drp@azores.gov.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato “Concurso Público n.º 7/DRP/2016 Aquisição de serviços de Planeamento, Coordenação e Fiscalização na execução da Empreitada de melhoramento do porto do Topo”

Descrição sucinta do objeto do contrato Prestação de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização de empreitada de obras públicas.

Tipo de contrato Aquisição de serviços

Classificação CPV (1): 71310000-4

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? Não

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? Não

É utilizado um leilão eletrónico? Não

É adotada uma fase de negociação? Não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? Não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? Não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes Não

5 - Divisão em lotes Não

6 - Local da execução do contrato

País: Portugal

Região/Distrito: Região Autónoma dos Açores – ilha de São Jorge

Concelho: Calheta de São Jorge

Código NUTS (3): PT200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

730 dias, correspondentes ao prazo de execução da empreitada, acrescido de 7 dias anteriores à data da consignação e 30 dias para fecho de contas, receção provisória, organização do volume de telas finais e compilação técnica e informação para registo no Portal Base.

8 - Documentos de habilitação

Documentos previstos na cláusula 25.º do Programa do Procedimento:

a) Documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP:

i. Declaração a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro;

ii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Declaração do coordenador em matéria de segurança e saúde durante a execução da obra, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

c) Certidão do Registo Comercial ou código de acesso à certidão permanente da empresa;

d) Documentos comprovativos da titularidade das habilitações académicas e profissionais, exigidas por lei ou pelo Caderno de Encargos para a prestação dos serviços em causa, dos técnicos afetos à prestação de serviços, incluindo, para o Diretor de Fiscalização, declaração da ordem profissional para o exercício destas funções;

e) Documentos comprovativos da experiência profissional de cada elemento da equipa e da empresa adjudicatária.

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? Sim

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Conforme previsto na cláusula 13.ª do Programa do Procedimento:

Nos termos do n.º 3 e 5 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, aos concorrentes é exigida a seguinte capacidade técnica/profissional:

a. Recursos humanos e técnicos do adjudicatário deterem experiência profissional adequada à boa execução do contrato, exigindo-se que cada elemento da equipa tenha desempenhado idênticas funções em pelo menos três prestações de serviços em empreitadas da mesma natureza – obras portuárias, sendo que uma delas deve ter valor igual ou superior a 5.000.000,00 € (cinco milhões de euros).

b. Referências comprovadas relativas a contratos executados pelo adjudicatário que demonstrem nível suficiente de experiência adequada à boa execução do contrato, assegurada através da apresentação de cinco declarações relativas a acompanhamento de empreitadas de obras portuárias, emitidas pelo Dono da Obra, com designação da empreitada, valor da obra e principais trabalhos caracterizadores da mesma.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados SRMCT – Direção Regional das Pescas

Endereço desse serviço Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã

Código postal 9900-014

Localidade Horta

Telefone (00351) 292 202 400

Fax (00351) 29 202 401

Endereço eletrónico info.drp@azores.gov.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] Não aplicável nos termos do artigo 92.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso) -

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 17:00 do 12.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

Mais baixo preço

14 - Dispensa de prestação de caução Sim

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Endereço Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã

Código postal 9900-014

Localidade Horta

Telefone (00351) 292 202 400

Fax (00351) 292 202 401

Endereço eletrónico info.srmct@azores.gov.pt

Prazo de interposição do recurso:

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

12-07-2016

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? Não

No Jornal Oficial da União Europeia? Não

18 - Outras informações

Preço base de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros)

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome Conceição Lourenço

Cargo ou função Diretora de Serviços de Planeamento e Economia Pesqueira

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.